

# Relações Públicas, Comunicação e Governo

## À margem do Encontro de Brasília: Princípios, Técnicas, Métodos e Perspectivas da Comunicação Social.

A Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (AERP) promoveu uma reunião de assessôres de Relações Públicas, secretários de Imprensa, de Informação e de Divulgação de diferentes órbitas de governo, em julho de 1970, durante a qual, notadamente nas sessões solenes de abertura e encerramento, o Coronel **Octávio Costa** — Chefe da AERP — pronunciou, de improviso, dois discursos que a "Revista do Serviço Público" divulga na presente edição.

Justifica-se a publicação dos mencionados discursos em face do significado especial, importância intrínseca e profundo alcance dos pronunciamentos daquela autoridade a respeito de uma filosofia, eminentemente brasileira, de comunicação social. Posteriormente, as sugestões do Coronel **Octávio Costa** foram consubstanciadas no Decreto nº 67.611, de 19-11-70, que instituiu o Sistema de Comunicação Social do Poder Executivo, cujas atribuições são as seguintes, na forma do art. 2º do mencionado Decreto: "... Cabe ao Sistema de Comunicação Social do Poder Executivo o encargo de formular e aplicar a política capaz de, no campo interno, predispor, motivar e estimular a vontade coletiva para o esforço nacional de desenvolvimento; e, no campo externo, contribuir para o melhor conhecimento da realidade brasileira."

### RELAÇÕES PÚBLICAS E GOVERNO

Sejam nossas primeiras palavras de agradecimento a Sua Excelência, o Senhor Ministro das Minas e Energia, pela subida honra que nos concede, não apenas proporcionando todo o apoio à realização deste Encontro, senão acolhendo os representantes de todos os Estados e Ministérios aqui presentes, mas principalmente nos dando a grande honra de presidir esta sessão inaugural.

Assessôres de Relações Públicas, Secretários de Imprensa, de Informação e de Divulgação, homens vários de distintas atividades, ligadas à tarefa de comunicação social, das esferas estatais, aqui nos encontramos,

pela primeira vez no atual Governo, para trocarmos nossas experiências, para trocarmos nossas idéias, e, respeitadas as autonomias estaduais, respeitadas as peculiaridades de trabalho, acertarmos, tanto quanto possível, alguns princípios básicos de realização de nossas próprias tarefas.

Ao iniciar este Encontro, desejo oferecer à meditação de todos a advertência fundamental que normalmente me inspira, a mim próprio, na convivência das questões de Relações Públicas: "A todos os homens de boa vontade incumbe a imensa tarefa de restaurar as relações de convivência humana na base da verdade, da jus-

tiça, do amor e da liberdade. As relações das pessoas entre si, as relações das pessoas com as suas respectivas comunidades políticas e as dessas comunidades entre si, bem como o relacionamento de pessoas, famílias, organismos intermediários e comunidades políticas com a comunidade mundial, tarefa nobilíssima, qual a de realizar a verdadeira paz segundo a ordem estabelecida por Deus”.

Valha-nos, portanto, o clarão, o gênio de João XXIII, para nos inspirar, a todos nós, no trato das questões de opinião pública, nas relações públicas entre governantes e governados.

Esta reunião deve ser marcada pelo signo da mudança. E aqui me lembro de que “O mais importante e bonito do mundo é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas, mas que elas vão mudando”.

A genialidade de Guimarães Rosa, posta na língua comum do vaqueiro Riobaldo, também nos serve a nós como signo deste Encontro, pois, a exemplo das pessoas, as instituições nunca estão terminadas, estão sempre mudando. Procuremos, então, dar um pouco de nós mesmos para que instituições e pessoas estejam sempre mudando para melhor.

Quero fazer agora uma constatação básica, que também nos serve de advertência. Toda vez que se reúnem pessoas, como esta comunidade, voltadas para o trato das questões entre governantes e governados, para as relações públicas do Governo, sempre se erija a nossa consciência democrática no temor de que alguém pen-

se em ressuscitar o velho DIP, de que se vai fazer algo de parecido com o famoso Departamento de Imprensa e Propaganda, que nos marcou a todos no mais profundo da sensibilidade.

Não, não e não. Os homens e as coisas vão mudando sempre e não pretendemos, de forma alguma, nenhum de nós pretende fazer, em qualquer plano, nada de parecido com a experiência famosa do famigerado DIP.

Aqui estamos, isto sim, para favorecer as relações entre governos e povos, para favorecer o trato entre governantes e governados, pôsto que é da integração de todos, é da agregação de todos que mais fácil se torna fazer a obra governamental.

É, portanto, com êsse espírito que aqui nos vamos encontrar e trocar as nossas experiências no setor das relações públicas, na esfera puramente estatal.

Nossa referência ao DIP é para que se estabeleça um marco bem nítido do trato dessas questões, querendo caracterizar que ali se fazia tipicamente propaganda. E convém desde já estabelecer, com Eugene Prost, a fronteira entre propaganda, publicidade e relações públicas: “A propaganda procura exercer pressões psicológicas sobre o indivíduo para levá-lo a uma adesão incondicional. A publicidade comercial procura impor uma decisão de compra e de consumo para um produto bem definido. As relações públicas procuram compreender e fazer compreender, a fim de estabelecer relações mais confiantes, expressão de melhor adaptação dos homens e dos grupos entre si”.



Com este pensamento, nós nos temos, nos propósitos e nos meios, longe, muito longe da tarefa bem marcada que fez a fama do DIP. Nossa missão comum é a comunicação social, a comunicação de natureza governamental. O sistema oficial de relações públicas atualmente em vigor no Brasil, que aqui representamos, é aparentemente um sistema tímido. Caracteriza-se pela existência, no Governo Federal e nos Ministérios, assim como nos Estados, de unidades do tipo Assessorias. São órgãos de gabinete. pequenas frações, digamos assim, de estado-maior, com encargos típicos de assessoramento e coordenação. Isso dá bem a medida do caráter eminentemente democrático dos órgãos de que somos a carne, assim como das tarefas que eles se propõem realizar.

No entanto, se nos olharmos uns aos outros e virmos aqui todo o Brasil, representado nos seus Estados, na sua Capital, nos seus Territórios, na parcela do seu Governo Federal, com assessores de todos os Ministérios, poderemos nos aperceber da expressão de força que pode representar esta comunidade, em termos de aproximação e de união entre os homens.

É de ver-se, então, que a solução vigente, esta comunidade que aqui se encontra tem potencialidades, características eminentemente democráticas e propósitos marcadamente educacionais, que a todos cabe estimular, dando cada qual o seu quinhão à obra comum do fortalecimento do caráter nacional.

Relembro, que a nossa Assessoria foi criada ainda no Governo do saudoso Presidente Costa e Silva, e que começou a desempenhar as suas fun-

ções em meio à grave crise estudantil, eco e parcela da crise mundial da juventude, de culminação entre nós nos meados do ano 68. Quando Sua Excelência, o Senhor Presidente Médici assumiu a Presidência da República, e nos convidou para o exercício desta função, o trabalho da Assessoria já frutificava em toda a extensão do território nacional, contribuindo de muito para o melhor entendimento entre os homens.

Ao recebermos a ingente tarefa de substituir aqueles que criaram, implantaram e fizeram frutificar esta Assessoria, procuramos inspiração, para a busca de uma política de comunicação social do Governo, na própria expressão do pensamento presidencial.

Onde fomos buscá-lo? Fomos buscá-lo precisamente naquela pedra fundamental deste Governo, que foi o pronunciamento do Presidente Médici, ao ser indicado à Nação para dirigir-lhe os destinos. Ali encontramos as raízes, não apenas da política de comunicação, que nos aciona no cumprimento da nossa missão, mas até as sementes de tantas coisas hoje germinando ou mesmo já em pleno crescimento em sua notável obra de governo.

Ali, naquele pronunciamento de outubro de 69, as pedras básicas do ofício de pedreiros da comunicação. "O meu Governo vai iniciar-se numa hora difícil, sei o que sente e pensa o povo em todas as camadas sociais com relação ao fato de que o Brasil ainda continua longe de ser uma nação desenvolvida, vivendo sob um regime que não podemos considerar plenamente democrático. Não pretendo

negar essa realidade, exatamente porque acredito que existem soluções para as crises que a criaram ou que dela decorrem. E estou disposto a pô-las em prática”.

“Dêsse modo, ao término de meu período administrativo, espero deixar definitivamente instaurada a democracia em nosso País e, bem assim, fixadas as bases do nosso desenvolvimento econômico e social. Advirto que essa não poderá ser obra exclusiva da administração pública, e sim uma tarefa global da Nação, exigindo a colaboração dos brasileiros de todas as classes e regiões. Democracia e desenvolvimento não se resumem em iniciativas governamentais: são atos de vontade coletiva que cabe ao Governo coordenar e transformar em autênticos e efetivos objetivos nacionais”.

E mais adiante: “não me deixarei iludir, nem iludir ao povo. Chegou a hora de fazermos o jogo da verdade”. E mais: “Entretanto, insisto em afirmar que não acredito em nenhum plano de governo que não corresponda a um plano de ação nacional. Na marcha para o desenvolvimento, o povo não pode ser espectador. Tem de ser o protagonista principal”.

E ainda: “no curso do Governo, jamais procurarei impor o meu programa administrativo mediante efeitos de propaganda ou a simples divulgação de resultados estatísticos”.

“Espero que cada brasileiro faça justiça aos meus sinceros propósitos de servi-lo. E confesso, lealmente, que gostaria de que o meu Governo viesse, afinal, a receber o prêmio da popularidade, entendida no seu legítimo e verdadeiro sentido de compreensão do povo. Mas não pretendo conquistá-la

senão com o inalterável cumprimento do dever”.

Eis, pois, senhores membros da comunidade de comunicação social de todos os governos deste País, a palavra inspiradora da comunicação de governo, a comunicação a serviço do desenvolvimento e da democracia.

Nada, nada mesmo de propaganda a serviço de coisas passageiras, menos ainda de homens, passageiros como o vento. Nada de propaganda, tudo a serviço do desenvolvimento e da democracia, tudo a serviço da mobilização da vontade coletiva para a obra de plena realização da democracia e para a obra do desenvolvimento nacional.

Daí por que a política de comunicação do Governo se faz com três objetivos básicos, e quando dizemos que se faz não queremos dizer que esta ou aquela Assessoria a faz, mas, sim, todo o conjunto de pessoas que se dão um pouco em todos os minutos do dia em favor desses objetivos comuns do desenvolvimento e da democracia.

São esses objetivos, primeiro o de captar os interesses e aspirações de grupos, classes, regiões, auscultar os anseios nacionais, prever e colher os reflexos da ação governamental.

Traduziríamos o 2º objetivo, como sendo o de predispor, motivar e estimular a vontade coletiva para o esforço nacional do desenvolvimento, e o sintetizaríamos com as palavras “educar e informar”.

Contribuir para o prestígio internacional do Brasil, zelando no sentido de que a nossa imagem no exterior seja fiel à realidade, este o 3º objetivo, que sintetizaríamos em “divulgar”.



Há, porém, princípios que nos orientam nesse esforço de comunicação, e esses princípios dirigem todas as nossas atividades e animam todos os nossos passos.

Chamaríamos o primeiro de princípio da "legitimidade", posto que a comunicação social do Governo deverá reger-se pelo respeito aos direitos humanos, às instituições nacionais, à ordem jurídica vigente e aos fundamentos morais e espirituais da nacionalidade.

Chamaríamos de "impessoalidade" ao 2º princípio, que nos leva a nos regermos pela determinação de servir à Nação como um todo, e não a pessoas, órgãos ou facções.

Na convicção de que a comunicação se baseia na verdade e que, portanto, deve ser acorde com a política da verdade, instaurada pelo Governo em todos os cantos, é óbvio chamar-se, a esse princípio, o princípio da "verdade".

Pelo imperativo de emprêgo coordenado e convergente de todos os meios de que o Governo possa dispor, adotamos o princípio da "integração".

Pelo propósito de dignificação e valorização do emprêgo dos recursos, de forma econômica e produtiva, com finalidades bem definidas e capaz de exercer ação multiplicadora, aqui nos temos afincados ao princípio da "eficiência".

Pela compreensão da necessidade de aumentar a fluência da informação pública, a liberdade de comunicação e a utilização dos órgãos da empresa privada, e este é um princípio por que lutamos, é o princípio da "liberdade de expressão".

Assentados nossos alicerces sobre a base da pedra fundamental do pensamento de Sua Excelência, o Senhor Presidente, todos os objetivos e princípios de uma filosofia que compõem uma filosofia de comunicação social do Governo, nós gostaríamos ainda, e sem mergulharmos no fundo das coisas, e sem nos determos no pormenor, que os pormenores nos irão reunir e unir durante estes dias, nós gostaríamos de tecer algumas considerações sobre certos aspectos específicos que nos devem constantemente estimular para o cumprimento de nossa missão.

Nós gostaríamos primeiro de fazer uma consideração preliminar sobre a quem se destina a nossa comunicação, a comunicação do assessor de comunicação de um governo estadual, de um ministério, de uma agência estatal qualquer, de uma agência de nível nacional, como procura ser a Assessoria Especial de Relações Públicas. Sim, trata-se primeiro de definir quem é o Público, de quem se trata, a quem devemos nos dirigir, a quem se destina a mensagem de comunicação, que não pretende influir, que não pretende plasmar, que não pretende fazer seguidores, mas pretende, tão-somente, despertar a inteligência e o espírito dos homens para a necessidade da mobilização da vontade coletiva para a imensa tarefa da realização do desenvolvimento nacional.

Quem é o público? De quem se trata? A quem devemos nos dirigir? Enganos, equívocos, quando não erros irreparáveis resultam muitas vezes da falta dessa compreensão, de parte de qualquer agência de comunicação coletiva. Pela má definição de público, é comum sermos levados a

conceber o público a quem destinamos nossa comunicação, em termos de nós mesmos, como se fôssemos nós os destinatários, em termos de pessoas, de pensamentos, ideais e sentimentos bastante semelhantes aos nossos. É comum não nos darmos conta de que o público é outro, bem diferente daquilo que somos no fundo de nós mesmos, e que é a êsse outro público que nós nos devemos dirigir.

Esta consideração é fundamental, neste pórtico, nesta iniciação, nesta sessão primeira de nosso Encontro, pósto que dá precisa definição do público poderão aclarar-se posteriormente, da melhor maneira possível, os objetivos a alcançar e os caminhos para atingi-los.

Para nós, o grande público, para nós do Governo Federal, o grande público é todo o povo brasileiro, não somente a parcela que somos ou que representamos, mas todo o povo brasileiro, nas suas adversidades, nas suas desigualdades, nos seus desencontros, nos seus diversos ideais e nas suas diferentes formas de visualizar o alcance desses ideais. E, sobretudo, o nosso público é um público ainda não tocado, o público que ainda não formulou, que ainda não marcou posições definitivas. O nosso público é, principalmente, aquêle grande público dos jovens, que começam a despertar para o mundo e para a vida. É a êsse público que principalmente deveremos nos dirigir, porque a êle caberá, mais do que a nenhum outro, colaborar no esforço do desenvolvimento nacional e na edificação dessa vontade coletiva, degrau indispensável da plenitude democrática, que é o objetivo comum de todos nós.

Ora, se o público é êsse, se o público, para o Governo Federal, é a grande, a imensa maioria dos que até agora se fazem espectadores e dos que até agora se fazem indiferentes e que não estão marcados por qualquer radicalismo, ou que ainda não estão empenhados conosco na obra do desenvolvimento, a êsse público devemos estender as nossas mãos e falar-lhes a palavra que possa sensibilizar a sua consciência de gente que começa a despertar.

Daf porque a mensagem, digamos melhor o recado de comunicação, emanado de agências como esta, a cuja frente nos encontramos, tem de ser marcada por êsse toque de sensibilidade, êsse toque de emotividade, êsse toque da alma popular brasileira, capaz de reunir gente, de unir gente e fazer com que essa gente tenha uma só vontade e que essa vontade seja a própria vontade nacional, renovada e fortalecida.

A êsse público é que nós devemos dirigir as nossas meditações, os nossos esforços, as nossas canseiras, e em nome dêle, colhêr as nossas incompreensões e, marginalizando incompreensões e frustrações, nos unirmos uns aos outros e trabalharmos, no bom serviço dêsse grande público, que é, afinal, o admirável povo brasileiro.

Há que se pensar também que êsse povo, embora altamente diversificado nas duas regionalidades, nas suas particularidades, nas suas classes, nas suas gerações, nas camadas de toda ordem, nos seus regionalismos, nas suas especificidades, êsse público tem alguns traços comuns, que os sociólogos estão sempre a levantar e analisar e que são fundamentais para a



compreensão das missões de comunicação social.

Gostaríamos de lembrar apenas alguns aspectos dessa caracterização da alma brasileira. Lembramos aquela tendência para os extremos de euforia e de desânimo, essa tendência para o entusiasmo contagiante dos grandes instantes e para a chamada "fossa" dos momentos de depressão. Essa tendência para a mofa, para o ridículo, para o humorismo inteligente. Essa capacidade de transformar o sublime, no sobrepasso de uma linha quase invisível, no mais ridículo e execrável. Essa imensa genialidade com que se tornam falsas a pompa e a grandeza e com que se aponta o hipócrita no grandiloquente. Essa tendência de desnudar, de ver o fôro e o avêso das coisas. Essa capacidade de ver por trás de tôdas as falsidades, essa capacidade de ver através de todos os artifícios, essa capacidade de renegar o informal à vala do desprezível, e de repudiar o arbítrio e a prepotência. Essa capacidade de gostar das coisas simples, essa capacidade de fazer o jôgo da verdade. Daí porque o lema do "Jôgo da Verdade" tanto sensibilizou essa alma admirável do homem e do povo brasileiro.

A consideração preliminar do público e das características fundamentais desse público é essencial a todos nós que na área dos governos, nas nossas autonomias estaduais, nas nossas características próprias, fazemos um pouco do muito que precisamos fazer para estimular êsse público a que não se faça somente espectador. Mas que se faça participante e mostre a todo instante a sua vontade.

Estas considerações explicam e fazem compreender os esforços de comu-

nicação que todos buscamos fazer em tôdas as áreas do Governo Federal, no âmbito de todos os Ministérios. Naquele espírito de continente e não de ilhas isoladas, os Ministérios realizam um esforço comum da equipe integrada, de equipe que realiza uma só obra de Governo, acima das vaidades, no plano comum da comum identificação entre todos os participantes da equipe governamental.

No espaço dêste Encontro, ao longo das várias sessões, nós trocaremos as nossas experiências, nós faremos as nossas confidências sôbre possibilidades e impossibilidades, sôbre tudo aquilo que, em cada área, se procura fazer para integrar o povo na obra governamental. Procuraremos ver, passo a passo, como buscamos nos valer dos diversos veículos, como, por exemplo, a televisão. E aí estão, como amostra de nosso pequeno trabalho de cooperação na educação da alma popular, os nossos filmetes de televisão, em busca de uma linguagem mais direta ao coração do povo, particularmente da juventude.

Procuraremos mostrar como consideramos o problema do rádio, o problema da imprensa, problemas dos pronunciamentos de natureza governamental, problemas de comunicação de nível presidencial e de nível ministerial. No trato direto com essa problemática, sentimos, sem que ninguém diga um ao outro, sentimos que se instaurou, inequivocamente, em tôdas as áreas governamentais, do nível presidencial ao nível dos territórios, todo um nôvo estilo de pronunciamento da autoridade governamental.

Esta é a hora do pronunciamento direto, do pronunciamento objetivo, o

pronunciamento do jôgo da verdade, o pronunciamento que procura dizer, em poucas palavras e em poucos minutos, aquilo que o povo precisa saber, esta é a hora em que a autoridade governamental deve mostrar-se por inteiro nos seus propósitos e nos seus caminhos.

É de ver-se que não cabem mais, nos nossos tempos, pronunciamentos do tipo das falas do grande e inesquecível Rui. Eram o tempo e o gênio em que uma plataforma de candidato à Presidência da República levava seis horas para ser dita, seis horas. Eram outros tempos, era outra comunicação.

Hoje há uma sensibilidade diferente para êsse tipo de comunicação, que deve merecer nossos cuidados, em todos os aspectos complementares de que se deve revestir. A maneira de lançar-se ao ar, a maneira de chegar ao público, seja nos seus aspectos de rádio, seja nos seus aspectos de televisão, compreende todo um conjunto de pormenores da moderna técnica de comunicação, que ajudam a densidade e a objetividade do próprio pronunciamento.

Em contatos posteriores, procuraremos analisar o valor das visitas, considerada a visita de autoridade governamental como veículo de comunicação social, a visita do Ministro a canteiros de trabalho, a visita do Ministro a repartição ministerial ou área de sua jurisdição, tudo sob o signo comum da comunicação. E isso deve merecer a atenção, não só de nossos chefes, mas o desvêlo de tôdas as pessoas, as mais humildes, da equipe de trabalho, porque a tarefa é uma só.

E além de analisarmos tôda uma série infindável de aspectos, de veículos e de meios de comunicação, é mister que nos apercebamos de um veículo nôvo que êstes tempos nos mostram, um tipo de comunicação que, não pertencendo à esfera das nossas cogitações, nem por isso deixa de merecer um trato todo especial, de merecer a nossa cuidadosa vigilância. Queremos referir-nos à propaganda comercial. A propaganda comercial não se propõe sòmente a vender produtos. A propaganda comercial é muito mais do que a simples venda de cosméticos ou de refrigeradores, do que a simples arte de estimular a maior aceitação popular. A propaganda comercial pode vender subprodutos como o amor ou a crueldade. A propaganda comercial, realizada por homens que, acima de vendedores, tenham sensibilidade para a obra educacional, pode contribuir para o fortalecimento do caráter nacional. Isso deve ser considerado por todos os homens responsáveis por tarefas de comunicação, homens que ponham dentro de si um sentido de ética da comunicação e que sintam dentro de si um fragmento do verdadeiro educador.

Então, é preciso ir ao encontro dessa notável comunidade, que é a comunidade da comunicação, até mesmo da comunicação comercial, para que êles também, independentes e livres, êles senhores dos seus próprios desígnios, atentem para os subprodutos da propaganda. A imensa massa de propaganda, que todos os dias, nos jornais, no rádio e na televisão, ganha a percepção popular, merece ser meditada por êsses homens no mais profundo de sua ética profissional. É que, ainda que vendendo produtos a



serviço de suas firmas patrocinadoras, os artistas da concepção da comunicação comercial devem pensar que depende do seu gênio, depende de sua palavra ou de seu traço, da sua imagem ou da sua voz, um pouco do educar-se ou deseducar-se a própria sensibilidade popular.

Era essa uma meditação que, embora fugindo ao simples debate interno de nossas reuniões comuns, acreditava situar-se, tal a sua importância, nas considerações desta abertura formal de nosso Encontro.

Assim, ao longo dos dias desta semana, pretendemos trocar as nossas vivências, trocar as nossas experiências, tendo sempre em vista que somos todos homens voltados para o objetivo comum do ideal democrático. Somos homens que não pretendemos fazer propaganda de governo, mas tão-somente contribuir para o melhor interrelacionamento entre governantes e governados e assim o fazemos closos e conscientes do signo da mudança, a mudança que só de nós depende, que depende de todos nós.

E queremos voltar à palavra de Riobaldo, o vaqueiro da saga do grande Guimarães Rosa, unindo o fim ao começo: "O mais importante e bonito do mundo é isto: que as pessoas não são sempre iguais, ainda não foram terminadas, mas que elas vão mudando." Sim, isso mesmo, vão mudando as pessoas, os órgãos, os organismos, os costumes, e as comunidades como a nossa.

Riobaldo, o vaqueiro do grande Guimarães Rosa, entreviu que as pessoas como nós, que a gente ainda não terminou de se fazer, que a gente está sempre mudando e depende de nós

mesmos que a gente se faça sempre melhor. Mas mudar para onde? Para onde mudar? Mudar para o radicalismo, o ódio e a violência? Mudar para o separatismo? Mudar para a intransigência, para posições irreconciliáveis? Ou mudar tão-somente por mudar? Ou mudar para restabelecer as relações de convivência entre os homens? Ou mudar para que este povo seja um povo só e para que este Governo e todos os governos possam realizar a grande obra do desenvolvimento nacional?

Para onde mudar? Mudar para a paixão? Até onde a nossa paixão? Acaso a nossa paixão terá chegado até onde chegou a paixão do velho mestre, que, assim mestre, e velho assim, deveria ficar acima, muito acima da paixão? Estaremos nós assim tão entrevados pela paixão a ponto de fazermos a inversão semântica e reabilitarmos palavras torpes como violência, terrorismo, corrupção, assalto e seqüestro? Será que ainda não terminamos de nos corromper e deteriorar pela paixão, que mudando vamos lá, para muito além do facciosismo e da cegueira?

Não, amigos, não mudemos assim, para a aceitação do inaceitável, para aceitação da violência e do ódio, que por mais que mudemos, ódio é sempre ódio, violência é sempre violência.

Mudemos, sim, amigos, mudemos, que a gente ainda não terminou de se fazer. Mudemos. A hora é boa para que a gente decida mudar dentro da gente mesmo. Mudar para o amor, mudar para a compreensão, a transigência e a bondade, mudar para a liberdade, a justiça e a verdade. A hora é boa para que a gente comece a

mudar, para que amanheça um nôvo homem que ajude a fazer um mundo nôvo.

Sim, amigos, amigos dessa grande comunidade das Relações Públicas, essa grande comunidade da comunicação social em nível de govêrno, ainda não terminamos, nunca terminamos, mudamos sempre, sempre mudamos. Ajudemos, com o nosso esforço modesto e humilde, com a nossa capacitação ou apenas com a nossa vontade de fazer algo no campo da comunicação.

Mudar para melhor, mudemos. — 25-7-70.

### COMUNICAÇÃO E GOVÊRNO

Tocado de emoção pela nota carinhosa com que os representantes de todos os Estados aqui presentes se referiram ao trabalho da Assessoria Especial de Relações Públicas e a mim próprio, e perfeitamente identificado com a homenagem à obra do Govêrno Federal e dos Govêrnos Estaduais que êsses mesmos representantes, pela voz do seu intérprete, prestaram neste término de trabalhos, cumpre-me, na qualidade de presidente dêste Encontro, encerrá-lo nas suas sessões plenárias, com o levantamento de alguns aspectos de sua colheita, o sentido geral do Encontro, algumas constatações, algumas conclusões.

Creio que no espírito de todos nós está bem marcado o êxito desta reunião. Quero até mesmo crer, e o digo com tôda espontaneidade, que nenhum de nós nem bem pensou quão fértil seria êste Encontro e que nenhum de nós nem bem prospectou a colheita

que faríamos de vivências e de conclusões que nos podem ser úteis a todos.

Em verdade, por uma semana inteira de trabalho fundo e longo, Assesôres de Relações Públicas, Assesôres de Imprensa, Coordenadores, Secretários, homens de estruturas diversas, mas de propósitos comuns, aqui estivemos discutindo as nossas comuns tarefas, e acredito que o fizemos dentro do mais alto sentido democrático, com plena liberdade de apresentação de pontos de vista e com profundo respeito pelo pensamento e pela ação dos outros, como homens que encontram no outro homem uma entidade digna do maior respeito.

Desde a sessão inaugural, em que me coube dar uma visão global da problemática de comunicação vista do Palácio do Planalto, até o registro que acaba de ser feito pelo representante da Guanabara, os passos todos foram passos firmes. Ouvimos o relato, o relato inteligente, o relato culto, o relato bem-humorado dos representantes vários, da variedade enorme de aspectos dos nossos Estados, Territórios e Distrito Federal. E bem presente sempre essa inteireza tôda, essa imaginação, êsse talento, essa sensibilidade do homem brasileiro, quaisquer que sejam as distâncias geográficas que o separem. Vimos a apresentação dos problemas, os mais variados, das especificidades de cada um, uns precisados quase de tudo, até da palavra dita em português para ser ouvida no território de sua jurisdição, outros com problemas de pletora de comunicação. As questões, as mais várias, foram apresentadas de forma honesta, de forma autêntica, por to-



dos os Senhores representantes dos Estados da Federação.

Depois, a nossa própria Assessoria procurou dar-vos uma visão mais pormenorizada daquilo que tentava fazer. E êsse relato estêve a cargo do meu querido companheiro de trabalho e sócio nessa tarefa comum, sócio desde a hora primeira em que o convidai, o Tenente-Coronel José Maria de Toledo Camargo, aqui a meu lado. E ouvimos também o relato das experiências de vários Ministérios, menor surpresa para nós, pois estamos quase sempre lado a lado com êsses Assessôres e Coordenadores, membros mais próximos de nossa comunidade.

Sempre, em todos os momentos da vida desta semana, sentimos que êste Encontro precisava de ser feito. Se acaso a desconfiança, se suspeições ou mesmo incompreensões houvesse entre nós todos, ou entre cada um de nós, os primeiros contatos já desfaziam qualquer sombra, nuvem ou preconceito. E, assim, pronto nos estendemos as mãos e desde logo reforçamos aquela convicção de que o caminho único para o respeito entre os homens é a necessidade de nós nos conhecermos uns aos outros. Sômente a ignorância, sômente a alienação entre os homens poderá dividi-los e separá-los, porque há sempre algo de bom em quem ainda não está totalmente perdido e êste algo de bom pode ser fecundado em proveito da obra comum.

Tentarei dizer algumas palavras sôbre o sentido geral do Encontro. Creio que no espírito de todos nós, como messe e colheita, ficou bem claro que não se trata, para nossa comunidade,

de fazer promoção nem propaganda. Que não se trata nem mesmo só de divulgar. Que se trata, isso sim, para homens de relações públicas, de dar o seu quinhão de ajuda ao melhor interrelacionamento de governos e povo. Trata-se, para nós todos, quaisquer que sejam os nomes que tenhamos, ou os nomes das estruturas a que servimos, trata-se de motivar, trata-se de motivar o homem e as gentes, trata-se de predispor, trata-se de estimular a vontade coletiva, trata-se de comunicar para dar nossa parcela ao fortalecimento do caráter nacional.

A nossa comunicação é a comunicação que desperte o amor. É a comunicação que possa deter o momento, se momento houve, em que proliferaram as vinhas da ira — que o tempo não é mais de ira, que o tempo é de amor e de união, pois sem amor e união nada se constrói sem a marca do efêmero.

Comunicação, não para a violência, para o ódio, para o prazer. Comunicação, não para a desunião entre os homens, nem para a fuga, para a descrença, para a desesperança, para a revolta, para o terrorismo, para a luta, pela luta, para tudo romper, para a destruição.

Não, não é essa a comunicação em que todos nós estamos empenhados. A nossa comunicação é a comunicação para o progresso, a comunicação para a mudança, a comunicação para a realização do desenvolvimento nacional estável e duradouro, que a comunicação também ajuda o desenvolvimento.

A primeira condição para o desenvolvimento é precisamente o desenvol-

vimento dos recursos humanos, pôsto que os países subdesenvolvidos não são subdesenvolvidos pela falta de recursos materiais no coração da terra, que o são, isto sim, pelo estado em que seus recursos humanos se possam encontrar. Antes de ser uma realização material, é evidente, e nós o reconhecemos, que a marcha para o desenvolvimento é um estado de espírito. E êste estado de espírito é que nos compete, a nós, comunicadores, estimular.

Comunicação, não apenas para o desenvolvimento, comunicação para a democracia, comunicação para o encontro do tempo perdido, para o tempo em que nos retardamos e nos deixamos à beira do caminho, ou mesmo o tempo em que nos dividimos, se é que nos chegamos a dividir. Comunicação para a plena realização da criatura humana, que o homem brasileiro tem uma mensagem maior de humanismo e dar à humanidade.

Acreditamos que o sentido geral dêste Encontro há de ter sido, e isso está alicerçado no teor de todos os debates aqui havidos, e no espírito de todos aqui presentes, que o sentido maior dêste Encontro foi o da consagração plena da comunicação democrática. E esta consagração democrática está evidenciada até no repúdio majoritário a tôdas as idéias tendentes à criação de órgãos marcanamente executivos, que pudessem sequer se parecerem com algo semelhante a um departamento de propaganda, a um serviço de divulgação pura e simples.

Há certeza de que podemos prosseguir, assim mesmo com essas estruturas leves e democráticas, que são

as nossas coordenações, que podem ser aperfeiçoadas num sentido abrangente de relações públicas ou de comunicação social, num sentido maior, de finalidades mais múltiplas e mais profundas. Em qualquer caso, consagração da comunicação democrática.

Rejeitamos todos aquêles descaminhos pelos quais a comunicação democrática possa abastardar-se na comunicação demagógica, que é a degenerescência da comunicação democrática, pôsto que a demagogia é o apodrecimento da democracia. E repudiamos também todos os caminhos que possam conduzir a uma comunicação de caráter totalitário, aquêles caráter totalitário que leva o líder, mesmo querendo comunicar-se, a ser um grande solitário, ou o leva a querer ser um líder carismático. Repudiamos a comunicação totalitária, que situa o chefe nos extremos da solidão e do sobrenatural. Repúdio do nosso encontro aos descaminhos da demagogia, aos descaminhos da solidão totalitária e aos descaminhos do sobrenatural totalitário. Consagração, portanto, da comunicação democrática. Êste, repito, o grande sentido dêste Encontro.

Desejo agora fazer algumas constatações que talvez sirvam, senão à totalidade dos presentes, pelo menos à maioria.

Desejo dizer-vos que, assim como considero que a comunicação tem seus amigos, seu chão e seu adubo, a comunicação também tem seus entraves, seus inimigos, seus obstáculos; obstáculos, inimigos e entraves que tentam impedir, a tôda fôrça, o restabelecimento das relações de convivência humana na base da verdade e



do amor. Quero referir-me a todos os interesses malsãos, que tentam impedir o melhor relacionamento entre governos e povo no Brasil, a serviço de todos os descaminhos ou de propósitos não brasileiros.

Cumpre-me dizer a todos, no fecho dêste Encontro, que neste tempo de Brasil, que nesta hora e neste lugar, o terrorismo é o principal obstáculo à tarefa comum de comunicação. Cumpre-nos dizer que toca a toda a comunidade de comunicação uma palavra de total repúdio ao terrorismo e à contestação, que tentam a vinda de algo que ninguém nem sabe o que poderia ser, mas que é lícito pensar-se que seria a longa noite de escuridão dos regimes sem qualquer forma de liberdade.

E ao referir-me ao terrorismo como o principal obstáculo ao restabelecimento das relações de convivência humana, neste tempo e neste lugar, não desejo apenas referir-me ao terrorismo-roubo, ao terrorismo-sangue, ao terrorismo-chantagem, ao terrorismo-intimidação, mas também, desejo referir-me ao terrorismo dos pacíficos, nem por isso menos terrorismo. Refiro-me ao terrorismo que pretende continuar nos dividindo, ao terrorismo que vende uma imagem que não temos, aos que, a distância, não sabem bem a imagem que temos nesta hora. É, portanto, esta palavra de repúdio total ao terrorismo, que precisa de ser dita também no fecho dêste Encontro sobre comunicação.

Outra constatação que desejo fazer-vos é de que a nossa comunidade, e como parte dela a AERP, age por estímulos, age incentivando esforços da maior quantidade possível de veí-

culos e de meios. A nossa comunidade não se caracteriza por ser eminentemente executiva. Não se propõe a fazer monólogo, não se propõe a ser altifalante, não se propõe ao dogmatismo, não se propõe a ensinar, a influir sobre a mente alheia, não se propõe a ajudar a fazer guerra psicológica, mas se propõe a criar condições de entendimento entre os homens, a nesta hora fazer apostolado. Apostolado sim, é isto o que a hora pede, embora amanhã a hora possa pedir outro tipo de ação. Mas a hora é esta, bem própria para o apostolado que extirpe de vez as vinhas da ira que por êsses campos haver ainda possa.

Desejo referir-me à constatação de que é preciso buscar as técnicas mais modernas, estimular o surgimento dessas técnicas, estimular a extraordinária capacidade dos homens de comunicação brasileiros, homens de extraordinário bom gosto e de uma extraordinária imaginação, que possam fazer obra que sensibilize a alma brasileira, essa notável alma brasileira, que tem rara sensibilidade para as coisas bem feitas e sobretudo para as coisas feitas com a marca do talento.

No rumo dessa constatação, é preciso que a técnica de apresentação das mensagens seja uma técnica indireta, seja uma técnica bastante inteligente e que não ofereça conclusões, não ofereça lições, não ofereça dogmatismo, mas enseje ao homem, essa divindade soberana, o surgimento das suas próprias conclusões, não sirva verdades eternas na bandeja. No rumo dessas idéias, é preciso dizer, é preciso constatar, com toda naturalidade, que aquêlo tipo de filmes cinematográficos de cortar fitas simbólicas está inteiramente sepultado no passado,

pois, nesta hora, aquêles tipo de filmes só pode sensibilizar ao fabricante da tesoura. É preciso buscar formas inteligentes de apresentar imagens e recados, fazendo-os tão-sòmente à sabedoria e à inteligência, à extraordinária inteligência do homem brasileiro.

Desejo fazer-vos outra constatação, como mais um subsídio que entrego à vossa meditação. Trata-se da posição do comunicador no mecanismo da comunicação, a posição entendida pela situação de ficar sob a luz dos refletores ou fora da luz dos refletores. Eu vos direi que o assessor de relações públicas está sobretudo submetido à duas forças divergentes: êle é assessor e é de relações públicas. Como assessor, deve ter a vocação do anonimato. É uma força no sentido do anonimato, da modéstia, da discrição. Por outro lado, como relações públicas, como homem de comunicação social, êle tem que buscar o entendimento entre os homens. Precisa buscar o indispensável teor de comunicabilidade. Precisa abrir-se, oferecer-se, dar-se por dentro nas suas próprias intenções. Êle não pode fechar-se, não pode eriçar-se e ouriçar-se. Êle tem que realmente fazer relações públicas e fazer comunicação social. Mas o resultante da atuação destas duas forças é precisamente o equilíbrio, é êste equilíbrio que deve ter o homem da comunicação social, o equilíbrio que lhe dá um certo teor de comunicabilidade, que lhe permite estabelecer ponte com os outros homens, com os veículos de divulgação, com os veículos de comunicação, receber gente, ouvir gente, falar a gente.

Mas, por outro lado, êsse equilíbrio impede o comunicador de colocar-se sob a luz dos refletores, de fazer-se

centro daqueles veículos, com os quais, por força de suas funções, tem uma intimidade de serviço. Por uma questão de ética profissional, êle não tem o direito de abusar, servindo-se dêsses meios. Há uma justa medida, para o homem de relações públicas, para o homem de comunicação social, entre o seu teor de comunicabilidade e a discrição com que se coloca atrás das câmeras.

Eram essas as constatações; agora algumas conclusões do nosso Encontro.

É evidente que a grande colheita do Encontro foi o encontro em si. Não o encontro de pessoas, não o encontro das valdades e susceptibilidades de cada um, nem o encontro do talento e da capacidade artística de cada um, mas o encontro maior das nossas pequenas estruturas, o encontro maior das grandes unidades a que servimos, dos Estados da Federação, dos Territórios, do Distrito Federal, dos Ministérios e do Governo Federal. Êste Encontro institucional marca e remarca, estabelece ponto de contato. E acreditamos que a partir dêste Encontro estará estabelecida a conexão dentro da comunidade, a comunidade se faz, a comunidade se comunica, a comunidade fala, a comunidade sente e, portanto, está mais apta também a comunicar-se com o povo.

Dêste Encontro sairão alguns documentos que oportunamente haverão de chegar às vossas mãos e que recolhem um pouco de tudo aquilo de bom que todos vós destes à reunião. Êste documento que demorará um pouco para cristalizar-se, pois é, sobretudo, um trabalho de colheita, de análise, e de síntese, chegará na justa hora às



vossas mãos. Em hora oportuna para que possais fecundá-lo com as vossas próprias conclusões.

Nós, e quando digo nós me refiro mais especialmente ao pequeno órgão a que servimos, à nossa Assessoria Especial de Relações Públicas, nós, pela vossa resposta, pela vossa contribuição, pelas vossas objeções, pelas vossas considerações muito produtivas, nós acreditamos estar no rumo certo. Nós estamos convencidos de que não precisamos de um órgão central para trabalhar, que a comunidade tem potencialidades para ajudar a estabelecer a ponte entre Governo e povo e para facilitar o entendimento entre todos os brasileiros.

Vossa resposta nos dá que concluímos estar no rumo certo na maneira de fazer, porque sentimos que esta hora é hora de fazer assim, que noutra hora poderá ser hora de fazer diferente. Que este é o tom e a côr que devem ser dados a esta hora, o tom e a côr, um pouco de apostolado, um pouco e muito de apostolado, pois que esta hora, em que apenas começam a extirpar-se as vinhas da ira, esta hora deve ser mais bem compreendida como hora de apostolado que hora de influência psicológica.

Nós concluímos que não se trata de produzir, até porque não temos vocação, nem capacitação para fazê-lo, que não se trata de estimular a produção de líderes carismáticos, que substituíam os velhos deuses que passearam a sua popularidade por esse Brasil afora. Que não se trata de levantar, dos chãos perdidos desta terra, outro ou outros deuses que arrastem o povo fanatizado, mas que se trata de levantar da terra o Deus-povo, capaz

de fazer esta terra mais feliz e capaz de criar o bem-estar coletivo.

Nós chegamos à conclusão de que se trata, isso sim, de semear confiança, que se trata de desejo de participação. Trata-se de semear a participação da multidão de homens que não participam, das gentes subumanas que nem bem se sabem brasileiros, que nem bem conhecem a existência de um homem que todo o Universo sabe existir e chamar-se Pelé. Nós sabemos que se trata de estimular essa participação, que se trata de chamar gente, que se trata de restabelecer as relações de convivência humana; que se trata de restabelecer o respeito de todos pela administração pública, que foi abastardada pelos demagogos, que foi aviltada e que renasce das cinzas para os olhos respeitosos do povo, que só com respeito à administração pública, que é a própria extensão do respeito que o homem tem por si mesmo, haveremos de construir, haveremos de edificar a nossa própria obra de desenvolvimento nacional.

Senhores, eu vos digo, neste fim de Encontro, quando nem bem ainda nos conhecíamos e já começamos a nos dar adeuses, quando nos toca a todos já um pouco da melancolia de nos vermos menos, um pouco da melancolia, talvez, para alguns, de não nos vermos mais, um pouco da melancolia de estarmos distantes neste fecho, e nesta hora em que nos damos pelo menos esse até logo de fim de Encontro, eu desejo vos dizer que o nosso Encontro se transforma em permanência.

Desejo dizer-vos que ainda que os homens não permaneçam, permanecem ligadas, conectadas, sintonizadas, as pequenas células a que demos vi-

da, essas pequenas células que se propõem a fazer a comunicação entre o Govêrno e o povo.

O Encontro se transforma em permanência. E para que êste Encontro se transforme em permanência, é preciso que busquemos as melhores inspirações para o nosso trabalho, que se descortinará a partir da hora em que nos desencontramos e passamos à plena permanência em nossas organizações.

E eu vos recordo, com o poeta, que sempre recordo os poetas — porque o poeta é a síntese, porque o poeta é a sensibilidade, porque o poeta é a emoção, o poeta é a própria comunicação. A linguagem do poeta é a linguagem da comunicação. E hoje, mais do que nunca, está viva a poesia, porque hoje, mais do que nunca, é a era da comunicação.

E então, para o fecho dêste Encontro, eu vos recordo o poeta, que “a

vida é realmente escuridão, exceto quando há impulso, e todo impulso é cego, exceto quando há saber, e todo o saber é vão, exceto quando há trabalho, e todo trabalho é vazio, exceto quando há amor, e, quando trabalhai com amor, vós vos unis a vós próprios e uns aos outros e a Deus.”

Haveis de trabalhar, haveremos de trabalhar, todos, com amor, ao longo dos dias futuros, ao longo da permanência da nossa comunidade de comunicação.

O Encontro se faz permanência, a permanência no trabalho, a permanência no amor que fecunda o trabalho, sobretudo no amor a êste País, que aqui nos uniu a todos, nos tempos desta semana. Trabalhemos, com mais amor ainda, em nome do brasileiro, em nome do Brasil.

Senhores, o Encontro de Brasília se transforma na permanência do Brasil, na permanência pelo Brasil. — 30-7-70.